

JUCESP  
19 12 11

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE  
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO,  
DA MARISA LOJAS S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

(a) **MARISA LOJAS S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua James Holland, n.º 422/432, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.189.288/0001-89, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o NIRE n.º 35.300.374.801, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Emissora**"); e

(b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados, em conjunto, como "**Partes**" e, individual e indistintamente, como "**Parte**";

Resolvem, em regular forma de direito, celebrar este "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Marisa Lojas S.A." ("**Emissão**", "**Debêntures**" e "**Escritura de Emissão**", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

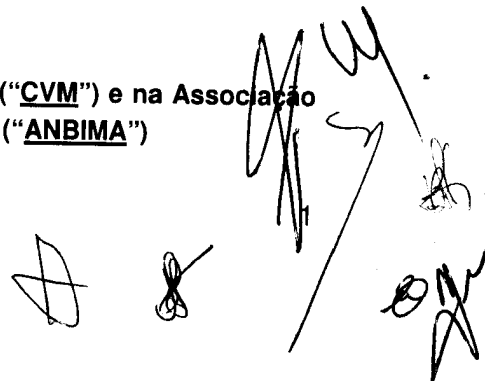
**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 09 de dezembro de 2011 ("**RCA**"), nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**").

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS**

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

**2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**")**



JUCESP  
19 12 11

2.1.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, previsto no artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Instrução CVM n.º 476" e "Oferta Restrita", respectivamente).

2.1.2. A Emissão também se encontra dispensada de registro perante a ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, bem como por não ter sido elaborado prospecto, nos termos do artigo 25, §1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

## **2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação dos Atos Societários**

2.2.1. A ata da RCA foi arquivada na JUCESP nos termos da legislação em vigor, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, nos termos do artigo 62, inciso I, combinado com o artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

## **2.3. Registro da Escritura de Emissão**

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

## **2.4. Registro para Distribuição e Negociação**

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e negociação no mercado secundário no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada e do artigo 4º da Instrução CVM n.º 476/09 ("Investidores Qualificados"), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM n.º 476/09, observado o previsto no artigo 14 da mesma Instrução, e do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução CVM 476.

Handwritten signatures and a large number '2' are present at the bottom right of the page.

MOESP  
19 12 11

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto o comércio varejista de artigos de vestuário feminino, masculino, infantil e acessórios, cama, mesa e banho, tecidos, bolsas, calçados e acessórios, artigos de viagens, perfumaria, armarinho em geral, bijuterias, óculos e souvenirs, papelaria, brinquedos, plásticos, material fotográfico, cinematográfico e fonográfico, CDs e DVDs, aparelhos telefônicos, livros e revistas, artigos para presente e decorações, máquinas e aparelhos de uso doméstico, artigos para os serviços de mesa, copa e cozinha, podendo as lojas serem divididas por setores e também dedicar-se à venda no atacado, corners de terceiros, franchising, importação e exportação, prestação de serviços de correspondente bancário, bem como a organização, participação e administração, sob qualquer forma, em sociedades e negócios de qualquer natureza, na qualidade de sócia ou acionista.

### 3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura de Emissão representa a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

### 3.3. Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

### 3.4. Valor Total da Emissão

3.4.1. O valor total da Emissão será de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

### 3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 350 (trezentos e cinquenta) Debêntures.

### 3.6. Destinação de Recursos

3.6.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão destinados para reforço de capital de giro da Emissora.

### 3.7. Colocação e Plano de Distribuição

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, along with the number 3.

JUL 29  
19 12 11

3.7.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme para o Valor Total da Emissão, destinada exclusivamente a Investidores Qualificados em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e os Coordenadores (conforme abaixo definido) e conforme estabelecido nesta Cláusula Quarta. A Oferta Restrita será realizada com a intermediação do BB - Banco de Investimento S.A., instituição financeira estabelecida na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, 105 – 36º andar sob o n.º 24.933.830/0001-30 ("Coordenador Líder"), e do Banco Safra S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 2.100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 58.160.789/0001.28 ("Coordenador") e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores", sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures.

3.7.2. Sem prejuízo do disposto no item 3.7.1. acima, no âmbito da Oferta Restrita (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelos Coordenadores; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09.

3.7.3. O público alvo da Oferta Restrita será composto por Investidores Qualificados.

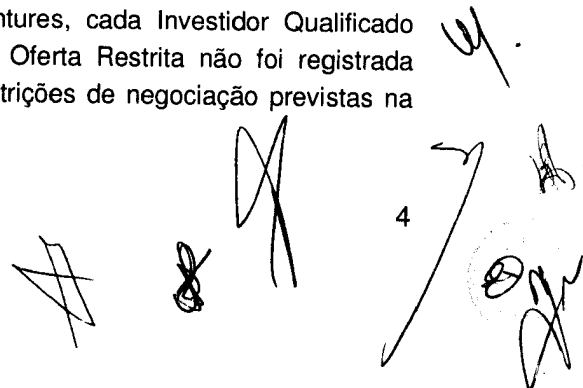
3.7.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula são considerados Investidores Qualificados: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada. Os Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.7.4. A Emissão e a Oferta Restrita não serão objeto de quantidade adicional ou lote suplementar.

3.7.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula Terceira.

3.7.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

4



JUL 2011

3.7.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

3.7.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

### **3.8. Banco Mandatário e Agente Escriturador**

3.8.1. O banco mandatário da Emissão e agente escriturador das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, s/ n.º, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário e Agente Escriturador").

## **CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Data de Emissão das Debêntures**

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 20 de dezembro de 2011 ("Data de Emissão").

### **4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures**

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

### **4.3. Conversibilidade, Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures**

4.3.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será expedido pela CETIP extrato em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), que servirá, igualmente, como comprovante de titularidade das mesmas.

### **4.4. Espécie**

Handwritten signatures and a stamp. A large, stylized signature is prominent in the center. To its right, there is a circular stamp with the number '5' inside. Below the stamp, there are several smaller, less legible signatures and initials.

JUCESP  
19 12 11

4.4.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

#### 4.5. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.5.1. As Debêntures serão integralizadas em uma única data, em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição ("Data da Primeira Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração (conforme abaixo definida), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data da Primeira Integralização.

#### 4.6. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.6.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de dezembro de 2016 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a pagar as Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida, calculada conforme a Cláusula 4.8. abaixo.

#### 4.7. Amortização

4.7.1. O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures será amortizado em duas parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela amortizada no 48º (quadragésimo oitavo) mês contado da Data de Emissão e a segunda parcela amortizada na Data de Vencimento, conforme tabela abaixo:

Percentual do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado	Data
50% (cinquenta por cento)	20 de dezembro de 2015
50% (cinquenta por cento)	20 de dezembro de 2016

#### 4.8. Remuneração

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado. As Debêntures renderão juros correspondente a 111,20% (cento e onze inteiros e vinte centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP ("Taxa DI"), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma

JUL 30  
19 12 11

exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), ou, ainda, a data em que ocorrer o Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) das Debêntures, até a data do seu efetivo pagamento, observando-se o cronograma de pagamento da Remuneração, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J Valor da Remuneração, devida nos termos do item 4.8.1 acima, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal de Emissão ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI Produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo do pagamento da Remuneração (conforme item 4.8.2 abaixo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

$n_{DI}$  Número total de Taxas DI-Over, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;

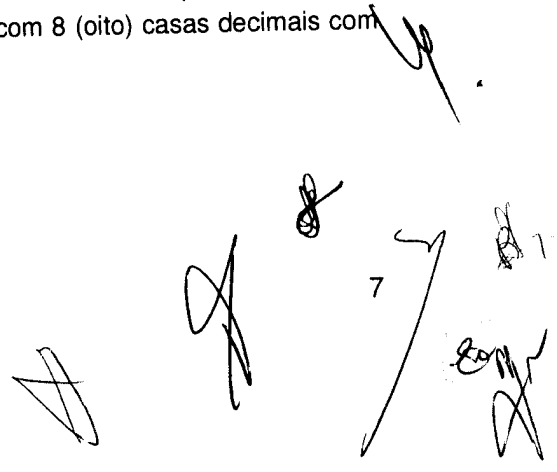
k Corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até  $n_{DI}$

p Percentual a ser aplicado sobre a Taxa DI-Over, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente a 111,20% (cento e onze inteiros e vinte centésimos por cento);

$TDI_k$  Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{360}} - 1$$

onde:



30.05.11

10 12 11

DI<sub>k</sub> Taxa DI-Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

- 1) O fator resultante da expressão  $\left[ 1 + \left( \text{DI}_k \times \frac{P}{100} \right) \right]$  será considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- 2) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[ 1 + \left( \text{DI}_k \times \frac{P}{100} \right) \right]$ , sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- 3) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- 4) As Taxas DI deverão ser utilizadas considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.8.2. A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, conforme as datas de pagamento de remuneração indicadas na tabela abaixo (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

Datas de Pagamento de Remuneração	
1ª) 20 de junho de 2012	6ª) 20 de dezembro de 2014
2ª) 20 de dezembro de 2012	7ª) 20 de junho 2015
3ª) 20 de junho de 2013	8ª) 20 de dezembro de 2015
4ª) 20 de dezembro de 2013	9ª) 20 de junho de 2016
5ª) 20 de junho de 2014	10ª) 20 de dezembro de 2016

4.8.3. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão das Debêntures, e termina na primeira Data de Pagamento de Remuneração, e para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior e termina na Data de Pagamento de Remuneração subsequente.

4.8.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, along with the number 8.



10039  
13 12 11

4.8.5. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

4.8.6. Caso a Taxa DI não esteja disponível, quando da apuração da Remuneração, será aplicada na apuração da Remuneração a última Taxa DI aplicável que estiver disponível na data de apuração da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

4.8.7. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.8.1 acima e para a apuração de "TDI<sub>k</sub>" será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente na apuração da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.8.7.1. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.8.7 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.8.1 acima e, para a apuração de "TDI<sub>k</sub>", a última Taxa DI divulgada oficialmente será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.8.8. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.8.7 acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da

JUCEP

19 12 11

respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário em circulação acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.8.1 acima e para a apuração de "TDI<sub>k</sub>" será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente para o cálculo da Remuneração.

#### 4.9. Repactuação Programada

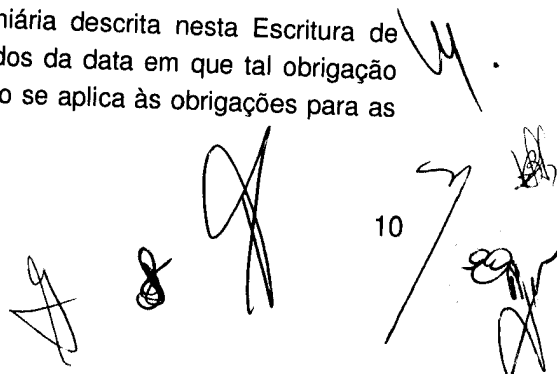
4.9.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### 4.10. Vencimento Antecipado

4.10.1. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, e exigir, mediante notificação, nos termos desta cláusula, o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis*, e dos encargos moratórios, se houver, conforme disposto no item 4.8.1 acima, a partir da Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora, por qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, e/ou por quaisquer terceiros legalmente habilitados à propositura de referido pedido contra a Emissora, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano e independentemente de deferimento pelo juízo competente, ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial;
- b) extinção, liquidação, insolvência, dissolução, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Emissora e/ou de suas controladas;
- c) não pagamento de qualquer obrigação pecuniária das Debêntures na respectiva data de vencimento;
- d) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária descrita nesta Escritura de Emissão, não sanado em até 20 (vinte) dias contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;

10



JUCESP

19 12 11

- e) cisão, incorporação ou fusão da Emissora por quaisquer terceiros e/ou venda e/ou realização pela Emissora de qualquer outra forma de reorganização societária que resulte em mudança ou transferência de controle acionário direto ou indireto da Emissora, desde que não ocorra alteração do bloco de controle;
- f) transferência do controle acionário direto ou indireto da Emissora que resulte em alteração do seu bloco de controle, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especialmente para esse fim;
- g) protestos legítimos de títulos contra a Emissora ou controladas da Emissora cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se for cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis;
- h) não pagamento, na data de vencimento original, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou de suas controladas, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- i) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou de suas controladas, no mercado local ou internacional;
- j) não cumprimento de qualquer decisão administrativa, arbitral ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou controladas da Emissora em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de pagamento estipulado na respectiva decisão;
- k) redução de capital social, sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou alteração do estatuto social da Emissora que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora;
- l) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;
- m) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;

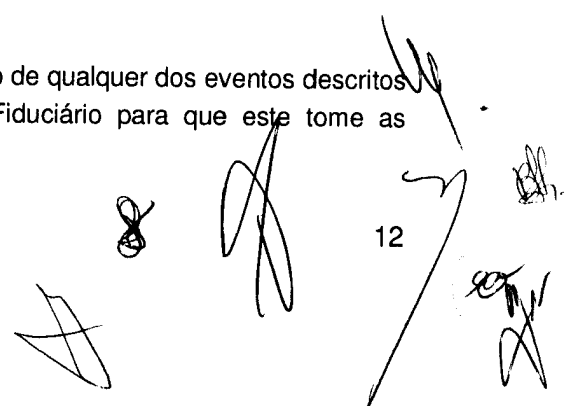
JUL 31  
19 12 11

- n) caso as declarações feitas pela Emissora na Escritura de Emissão provem-se ou revelem-se falsas, incorretas, inconsistentes e/ou insuficientes;
- o) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades pela Emissora, exceto questões pontuais relacionadas a uma ou mais unidades da Emissora que não afetem materialmente as atividades da Emissora;
- p) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de seqüestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora;
- q) ocorrência de eventos que possam afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora;
- r) não manutenção, após verificação trimestral com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora, apuradas segundo as normas contábeis aplicáveis, da razão entre Dívida Líquida e EBITDA em patamar inferior a 3,5x ao ano, sendo que, para os fins desta alínea (r), considera-se "Dívida Líquida" a somatória das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa que venha a ser criada, excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante; considera-se "EBITDA" o lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses;
- s) não apresentação de *rating* para a Emissão em até 180 (cento e oitenta) dias da Data da Primeira Integralização das Debêntures;
- t) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora sobre os bens da Emissora; e
- u) emissão de títulos e/ou valores mobiliários sem observância do artigo 9º da Instrução CVM n.º 476.

4.10.2. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nas alíneas acima, comunicar imediatamente o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

8

12



JUL 30  
19 12 11

4.10.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (e), (f), (i), (k), (l), (m), e (s) do item 4.10.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação.

4.10.4. Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas do item 4.10.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento ou assim que vier a ser informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal.

4.10.5. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.10.4 acima, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, em votação em separado, por deliberação de Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.10.6. Independente do disposto no item 4.10.4 acima, a não instalação das referidas Assembleias de Debenturistas por falta de quorum, será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

4.10.7. Em caso de declaração do vencimento antecipado automático ou não automático das Debêntures pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação que tiveram seu vencimento antecipado declarado, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias corridos contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, considerando que todas as Debêntures serão pagas em uma única data, mediante notificação a ser enviada pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, à Emissora na forma constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

4.10.8. No caso de realização de pagamento relativo ao vencimento antecipado citado nos itens acima por meio da CETIP, esta deverá ser comunicada pelo Agente Fiduciário com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

#### 4.11. Resgate Antecipado

JUL 2019  
19 12 11

4.11.1. Não haverá resgate antecipado das Debêntures.

#### **4.12. Multa e Juros Moratórios**

4.12.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além da Remuneração, (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios, calculados *pro rata temporis*, à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

#### **4.13. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

4.13.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.12.1. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, acarretará a perda do direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.

#### **4.14. Local de Pagamento**

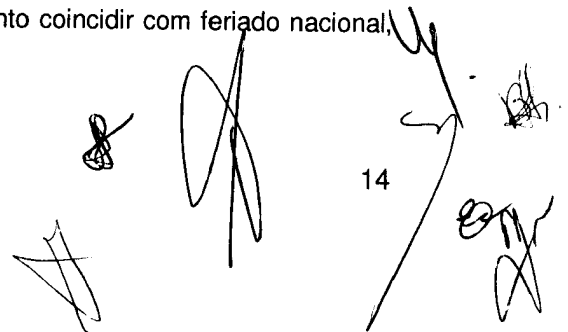
4.14.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora através da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados pela Emissora através do Banco Mandatário e Agente Escriitador.

#### **4.15. Prorrogação dos Prazos**

4.15.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.16. Publicidade**

14



JUN 19 12 11

4.16.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora, em comum acordo com o Agente Fiduciário, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM, e comunicados ao Agente Fiduciário, na forma da Cláusula 5, alínea (a), item (iv), desta Escritura de Emissão.

#### **4.17. Imunidade Tributária**

4.17.1. Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Agente Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seu pagamento os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

#### **4.18. Aquisição Facultativa**

4.18.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observando as restrições impostas pela Instrução CVM n.º 476 e demais disposições aplicáveis, adquirir as Debêntures em circulação nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

4.18.2. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item acima poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas para negociação no mercado, sendo que, nesta última hipótese, as Debêntures farão jus à mesma Remuneração atribuída às demais Debêntures em circulação, observada a regulamentação em vigor.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro do prazo máximo fixado pelas autoridades reguladoras para disponibilização das demonstrações financeiras, observando também os prazos para cumprimento das obrigações do Agente Fiduciário perante a CVM, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social

JUN 19 12 11

encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes. As informações referidas neste inciso deverão ser acompanhadas de: (a) relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração; (b) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora, atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura de Emissão de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 4.1.1 desta Escritura de Emissão; e (c) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora, sendo que esta obrigação não será aplicável a comunicações (i) que não tenham implicação direta relevante sobre as Debêntures; ou (ii) nas quais haja dever de sigilo por parte da Emissora.

- (ii) dentro do prazo máximo fixado pelas autoridades reguladoras para disponibilização de suas informações trimestrais, observando também os prazos para cumprimento das obrigações do Agente Fiduciário perante a CVM, cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes. As informações referidas neste inciso deverão ser acompanhadas de: (a) relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, e (b) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura de Emissão de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 4.1.1 desta Escritura de Emissão;
- (iii) cópias das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 480"), ou normativo que venha a substituí-la, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.16 acima;
- (v) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 480 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali



JUCESP  
19 12 11

não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

- (vi) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (vii) abaixo;
  - (vii) em até 10 (dez) dias úteis da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser fundamentadamente solicitada;
  - (viii) em até 5 (cinco) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora;
  - (ix) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 4.16.1 acima;
  - (x) em até 5 (cinco) dias úteis contados da sua inscrição na JUCESP, uma via original desta Escritura de Emissão e de todos os seus eventuais aditamentos;
  - (xi) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- b) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Agente Escriturador e a CETIP, bem como tomar todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- c) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- d) comunicar os Debenturistas e as autoridades competentes sobre a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar

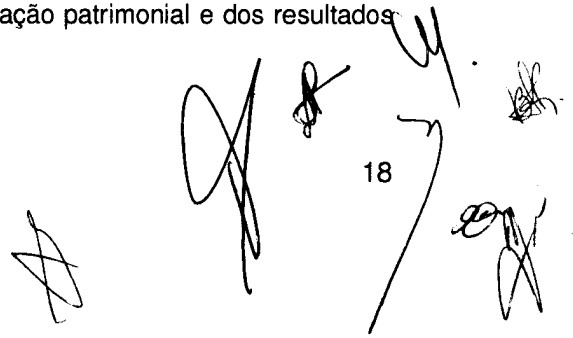
JUCESP  
19 12 11

negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, no todo ou em parte;

- e) comunicar imediatamente aos Coordenadores qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos investidores de adquirir as Debêntures;
- f) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão, à Oferta Restrita ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM n.º 476 e no artigo 48 da Instrução CVM n.º 400;
- g) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM n.º 400;
- h) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à condução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados à preparação da Emissão;
- i) colocar à disposição dos Coordenadores todos os dados, informações e documentos necessários à execução das atividades que serão por eles conduzidas, de forma a atender ao princípio do *full disclosure* aplicável às emissões públicas de títulos e valores mobiliários, informações estas necessárias para que os investidores possam tomar uma decisão fundamentada de investimento;
- j) submeter a exame, na forma da lei, suas contas e balanços à empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- k) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, resultantes de atos de sua gestão, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações e, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, em jornais de grande circulação, dos seguintes documentos, que devem ser complementados com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício da Emissora:

(a) balanço patrimonial;

18



JUL 30  
19 12 11

- (b) demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- (c) demonstração do resultado do exercício;
- (d) demonstração de fluxo de caixa;
- (e) parecer da auditoria externa; e
- (f) demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação pertinente à matéria;

l) arcar, de forma exclusiva, com todos os custos relativos à Emissão;

m) efetuar tempestivamente o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures, cuja responsabilidade pelo recolhimento seja atribuída por lei à Emissora; e

n) manter as Debêntures registradas para negociação no SND durante todo o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro.

5.2. Além das obrigações gerais acima descritas, são obrigações específicas da Emissora, nos termos da ICVM 476, incluindo, mas não limitadas ao artigo 17 da ICVM 476:

(a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com as regras emitidas pela CVM;

(b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;

(c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

(d) manter os documentos mencionados no inciso (c) em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;

(e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM n.º 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;

JUN 19 12 11

(f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenadores; e

(g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP; e

(h) não realizar qualquer outra emissão de debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

5.3. As despesas a que se refere a alínea (l) do item 5.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Companhia e não entregues dentro de 15 (quinze) dias corridos;
- c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, desde que razoáveis, na hipótese de ocorrerem omissões e/ou obscuridades relacionadas às informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.4. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário, no exercício de suas funções ou, ainda, que lhe causem

JUL 29  
19 12 11

prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao respectivo pagamento ou reembolso, conforme o caso, por um período superior a 10 (dez) dias contados da respectiva solicitação de pagamento ou reembolso.

5.5. A Emissora deverá enviar à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores nos termos dos itens "c" e "f" da cláusula 5.2. acima, imediatamente após a sua divulgação.

5.6. Nos termos do parágrafo 4º do artigo 17 da Instrução CVM n.º 476, os controladores e administradores da Emissora são responsáveis pelo cumprimento das obrigações previstas na cláusula 5.5. acima.

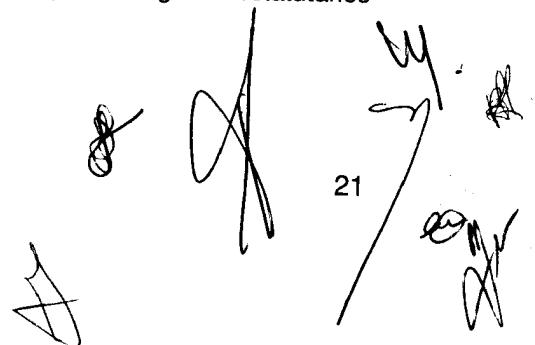
#### CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- b) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável;
- c) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- d) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

21



JUL 30  
19 12 11

- e) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- f) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução da CVM n.º 28;
- h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- i) está ciente das disposições da Circular n.º 1.832 do Banco Central do Brasil, de 31 de outubro de 1990;
- j) constitui esta Escritura de Emissão uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- k) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão sendo que tal verificação se deu através das informações fornecidas pela Emissora, sem que o Agente Fiduciário tenha conduzido qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, fato do qual os Debenturistas, ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures, declaram-se cientes e de acordo.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento, até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a seguinte remuneração ("Remuneração do Agente Fiduciário"):

- (a) Parcelas anuais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão e as demais a cada 12 (doze) meses após o pagamento da primeira parcela, até a Data de Vencimento das Debêntures ou até a data da efetiva liquidação integral das Debêntures, caso essas não sejam quitadas na Data de Vencimento;

JUL 59

19 12 11

(b) no caso de inadimplemento das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou em caso de reestruturação das condições das debêntures após a Emissão, será devido adicionalmente ao Agente Fiduciário o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicada à (i) assessoria aos Debenturistas; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos pela Emissora e/ou pelos Debenturistas. A remuneração adicional prevista neste item deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário em 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, do relatório demonstrativo de tempo dedicado. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. A ocorrência de qualquer dos eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados como hipótese de reestruturação das debêntures;

(c) no caso de celebração de aditamentos a esta Escritura de Emissão, será devido ao Agente Fiduciário pela Emissora o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações;

(d) as parcelas referentes à Remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); (iv) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL); (v) Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza; e (v) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a Remuneração do Agente Fiduciário; e

(e) as parcelas referentes à Remuneração do Agente Fiduciário serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGMPM, ou pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão das Debêntures até a data de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*.

6.4.1. A Emissora, mediante aprovação, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela

JUCESP

19 12 11

Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com auditores e honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

6.5 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), dos distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da



JUCESP

19 12 11

Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

- h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e. resgates, amortizações e repactuações realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - g. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - h. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

JUL 29

19 12 11

i. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

- (i) denominação da companhia ofertante;
- (ii) valor da emissão;
- (iii) quantidade de debêntures emitidas;
- (iv) espécie;
- (v) prazo de vencimento das debêntures;
- (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
- (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

j. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;

l) divulgar as informações referidas na alínea "i" do item (i) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;

m) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- (i) na sede da Emissora;
- (ii) na sede do Agente Fiduciário;
- (iii) na CVM;
- (iv) na CETIP; e
- (v) na sede do Coordenador Líder.

JUL 20 1999

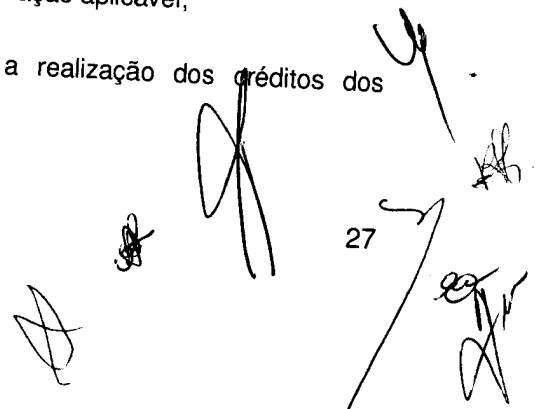
19 12 11

- n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
  - o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário e Agente Escriturador e à CETIP;
  - p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
  - q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data em que tomou ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
  - r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
  - s) acompanhar, calcular e apurar os índices e limites financeiros previstos no item 4.10.1.
- (r) acima, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão, e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.10 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

27



JUCESP

19 12 11

d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas (i) nas alíneas (a), (b) e (c) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação; e (ii) a deliberação por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.

6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração

JUCESP

19 12 11

poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.

6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP.

6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.16 acima.

6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, consoante determinação do artigo 71, § 1º, da Lei das Sociedades por ações, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

JUCESP

19 12 11

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetue suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes na Lei das Sociedades por Ações, na regulamentação aplicável e nesta Escritura.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na Data de Pagamento da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (v) no item 4.10.1 (Vencimento Antecipado) acima, deverá ser aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.10.4. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que

JUCESP

19 12 11

sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, acionistas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA**

8.1. A Emissora neste ato declara e garante que:

- a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras e a regulamentação aplicável;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

JUE 3º  
19 12 11

- e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- f) a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas que sejam igualmente relevantes para a execução das atividades da Emissora, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- g) as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Emissora representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- h) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas à CVM e ao mercado, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- i) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Emissora e à Emissão, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- j) não omitiu ou omitirá fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados que venham a adquirir Debêntures;
- k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;



JUL 30  
19 12 11

- l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão exclusivamente para os fins descritos no item 3.5 desta Escritura de Emissão;
- m) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- n) está adimplente com o cumprimento das obrigações constante deste Escritura de Emissão que sejam exigíveis até a data de assinatura da mesma;
- o) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- p) tem conhecimento de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM n.º 476, não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data de comunicação à CVM do encerramento da distribuição, a menos que a nova oferta seja submetida à registro junto à CVM; e
- q) todas as declarações prestadas pela Emissora são verdadeiras na data de assinatura desta Escritura de Emissão.

#### CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**MARISA LOJAS S.A.**

Rua James Holland, n.º 422/432

CEP 01138-000

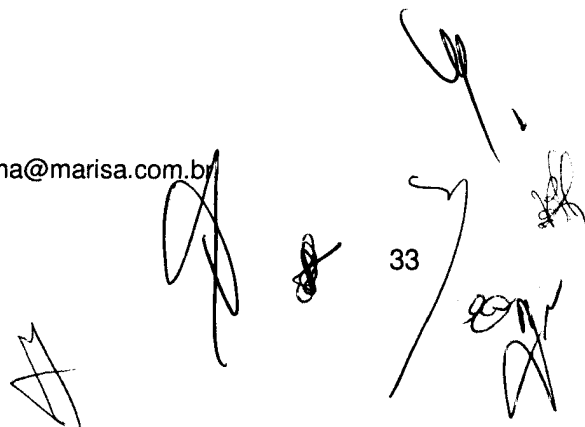
São Paulo – SP

At.: Paulo Sérgio Borsatto

Tel.: (11) 2109-6252

Fax: (11) 33924276

E-mail: borsatto@marisa.com.br, com cópia para aldemir.lima@marisa.com.br



33

JUL 29  
19 12 11

**Para o Agente Fiduciário e Agente Escriturador:**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205

CEP 22640-100

Rio de Janeiro - RJ

At.: Gustavo Dezouzar

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mail: gustavo.dezouzar@oliveiratrust.com.br / agente@oliveiratrust.com.br

**Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:**

**BANCO BRADESCO S.A.**

Cidade de Deus, s/n. Prédio Amarelo

CEP 06029

Osasco – SP

At.: Sra. Pérsia Alves Gonçalves de Barros

Tel.: (11) 3684-9444

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: 4010.persia@bradesco.com.br

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

CEP 01452-001

São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

**Para a CVM (quando aplicável):**

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Centro de Consulta da CVM-RJ

Rua 7 de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º e 4º andares

São Paulo – SP

Site: www.cvm.gov.br

Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page.

JUL 29  
19 12 11

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

#### CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.5. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

10.6. As palavras e os termos constantes desta Escritura de Emissão, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer

JUL 29  
19 12 11

outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura de Emissão, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

10.7. Exceto se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.8. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

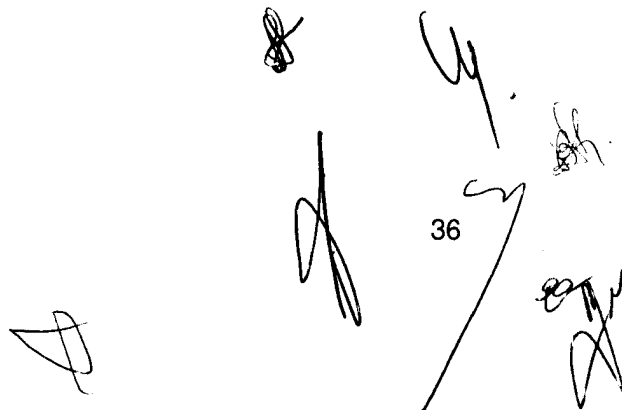
#### **CLÁUSULA ONZE – DA LEI E O FORO**

11.1. Esta Escritura de Emissão reger-se-á pelas leis brasileiras.

11.2. Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 12 de dezembro de 2011.



36

JUL 97

19 12 11

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Marisa Lojas S.A.

MARISA LOJAS S.A.

Nome: ARCIO LUIZ GOLDFARB  
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

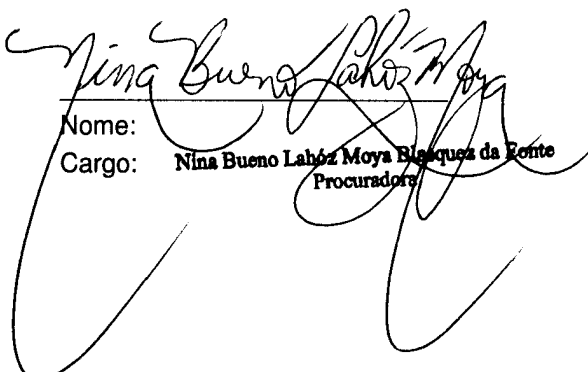
Nome: PAULO SERGIO BORSATTO  
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO ADMINISTRATIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

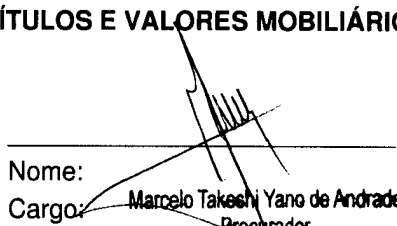
JUCESP

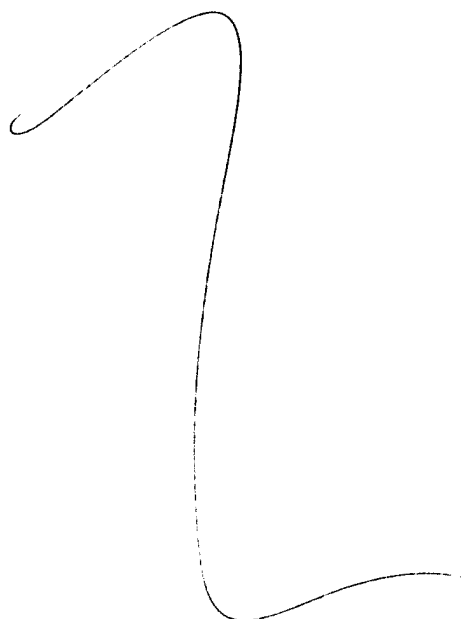
19 12 11

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Marisa Lojas S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: **Nina Bueno Lahoz Moya Blasquez da Costa**  
Procuradora

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: **Marcelo Takeshi Yano de Andrade**  
Procurador



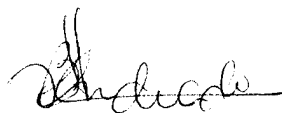




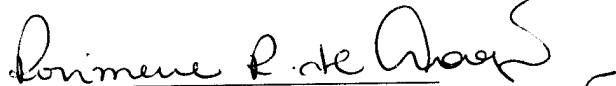
JUCESP  
19 12 11

**Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Marisa Lojas S.A.**

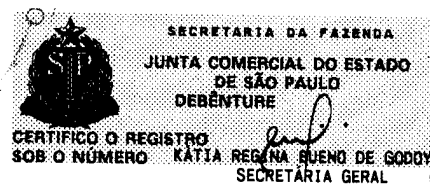
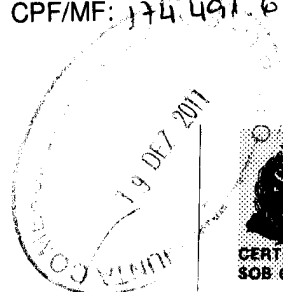
**TESTEMUNHAS:**



Nome: CARLA MARIA SIWESKINI ANDRADE  
RG: 22 990.896 - 2  
CPF/MF: 252 707.878-81



Nome: ROSIMERE RODRIGUES DE ARAUJO  
RG: 27 038 105 - 3  
CPF/MF: 174.491.638-10



ED000811-4/000



**JUCESP**